

## Goldstein: País volta a crescer em 2021, mas em ritmo lento



*Para o economista, efeitos da pandemia foram parcialmente compensados pelos indicadores fortes do fim de 2020, mas ritmo da vacinação determinará aceleração da atividade*



Por **Karina Lignelli** 30 de Abril de 2021 às 12:00

| Repórter [lignelli@dcomercio.com.br](mailto:lignelli@dcomercio.com.br)

A recuperação da economia no fim de 2020 com a flexibilização das medidas restritivas, somada ao avanço da vacinação, sinalizam uma retomada robusta da atividade a partir do segundo semestre. Porém, a evolução da pandemia e o ritmo dessa vacinação é que vão determinar como será essa aceleração.

A análise, 'menos pessimista', foi apresentada pelo economista Sérgio Goldenstein na live "Perspectivas para a Economia Brasileira para 2021 e 2022", realizada na última terça-feira (27/04) pela Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais).

"O país volta a crescer em 2021, mas em ritmo lento", afirma.

A rápida retomada da atividade no 4º trimestre, que gerou forte expansão fiscal, deu gás para o fortalecimento dessa demanda, explica Goldstein, que foi consultor da diretoria de Política Monetária e do chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (DEMAB) do Banco Central entre 1994 e 2005.

### **LEIA MAIS: Vacinação ditará o ritmo da recuperação econômica**

Assim como o aumento do consumo das famílias que, puxado pelo auxílio emergencial, saiu de -5,5% ao longo do ano passado, para 3,5% no 1º primeiro trimestre de 2021. Com o bom resultado das exportações (6,1% em dezembro), o mercado externo também gerou contribuição positiva para o PIB, de 1,1 ponto percentual.

Com isso, lembra, a projeção de queda da economia brasileira em 2020, que era de -8% a -10%, deve ficar em -4,1%. Ou seja, bem abaixo das estimativas iniciais do Banco Central (BC), devido à retomada da atividade.

Essa visão otimista do BC sinaliza uma repercussão significativa ao longo do 2º semestre por conta do 'carrego' estatístico positivo, diz Goldstein.

A nova rodada do auxílio emergencial, e a reedição da MP que flexibiliza medidas trabalhistas para evitar o desemprego, também devem contribuir para esse resultado. "Ainda que todos os trimestres sejam negativos, a projeção é de que a economia cresça 3,6% em 2021", afirma o economista, que já foi consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI), e hoje atua como consultor especializado em mercado de capitais.

### **CENÁRIO DEPRIMIDO**

Mas há fatores conflitantes. O especialista lembra que março foi um mês bastante negativo com o agravamento da pandemia, e isso levou a uma deterioração dos indicadores de confiança, que vinham melhorando. Isso pode apontar para uma probabilidade de contração do PIB até o fim deste 1º semestre.

"Há riscos de atraso no calendário vacinal, como já vem acontecendo, e da chegada de uma terceira onda, com novas variantes. E se a redução do isolamento social for muito acelerada, pode voltar a agravar o quadro."

O desemprego, cuja taxa chegou a 14,1% em janeiro de 2021, também deve continuar elevado. O mercado de trabalho está frágil, e o aumento da informalidade restringem o consumo das famílias, assim como o auxílio emergencial menor (de R\$ 330 bilhões em 2020, para R\$ 44 bilhões este ano), concedido para menos pessoas.

Outros fatores a observar são as políticas fiscal e monetária menos expansionistas, e riscos fiscais e políticos, que permanecerão altos afetando atividade, câmbio e inflação, e reduzirão indicadores de confiança.

Quanto à política monetária, o BC já iniciou um novo ciclo de **ajuste** na taxa Selic em março, elevando-a de 2% para 2,75%. A projeção é fechar 2021 em 5,5%, e encerrar 2022 em 6,13% para tentar ancorar as expectativas de inflação, afirma Goldstein que, em seu período no BC, participou de mais 40 reuniões do Copom.

Em 2020, a disparada dos preços, principalmente dos alimentos, por conta da depreciação de 32% do real frente ao dólar, mais a alta das commodities, afetou profundamente o poder de compra da população.

"Há um aumento do risco de a inflação em 2021 furar o teto da meta chegando a 5,25%. E uma inflação mais alta representa perda de renda real", explica. Em 2020, a queda na renda das famílias chegou a -6,9%.

Para 2022, um ano eleitoral marcado por incerteza política, o efeito-base será ainda mais deprimido do que em 2021 - o que tende a atrapalhar mais decisões de consumo e investimento, avalia o economista.

"A perspectiva é de poucos avanços estruturais ou até retrocessos em certas áreas (como educação, inovação tecnológica e estrutura tributária, entre outros), que limitam avanços sociais e econômicos", sinaliza.

*FOTO: Divulgação*